

03 dez 2013 / 17:02

Professores não vão parar a luta contra a "prova"!

[Vídeo \(reportagem e intervenção de Mário Nogueira\)](#)

[Organizações sindicais entregaram no MEC Pré-Aviso de Greve ao serviço relacionado com a "prova"](#)

[Recusem ser os carrascos dos vossos colegas! | Firme na ação!](#)

[Professores protestam frente à AR contra Crato e prova de avaliação /Público on line](#)

[Imagens da Iniciativa | O "filme" dos acontecimentos](#)

"Isto (a "prova" que o MEC quer impor) não é sério! Não a aceitamos." As palavras são de Mário Nogueira e foram ouvidas, já ao cair da noite, frente ao Palácio de São Bento, na jornada que mobilizou milhares de professores, oriundos de vários pontos do país, na passada quinta-feira, 5 de dezembro. Nas galerias houve protesto silencioso. De pé.

Como se constatou nas reações dos participantes nesta ação de luta e protesto em São Bento - palavras de ordem, cartazes e panos, declarações à comunicação social, etc - , as razões que levaram a FENPROF ao lançamento da petição que reuniu mais de 22.000 assinaturas mantêm toda a atualidade, não obstante o "acordo" de "última hora" que o MEC promoveu com organizações que, depois de todas as críticas que dirigiram à prova, colaboram no esforço de fazer passar a imposição de um mecanismo que é mais um vil ataque do Governo à profissão docente.

O protesto ouvido em São Bento não podia ser mais claro: há que respeitar os professores; esta "prova" não faz sentido! Um protesto que reuniu muitos professores jovens, contratados e desempregados e também a presença e a voz solidária de numerosos docentes dos quadros.

Nunca, em tempo e local próprios, o MEC apresentou propostas de dispensa da realização da prova no sentido das que, há dias, foram tornadas públicas, nem sequer o respeito pelas que a lei já tinha consignado. Face à luta que tem vindo a ser desenvolvida, este facto ajuda a compreender a manobra que foi consumada mas que, de modo algum, torna aceitáveis as pretensões do governo. Não será, também, esta combinação entre algumas organizações e o MEC que demoverá os professores da rejeição de uma prova que não tem fundamentação séria e que é generalizadamente entendida como uma intolerável humilhação imposta à sua profissão.

"Calçadeiras do Governo"

Com o "acordo" anunciado, o governo anseia suspender a luta para legitimar a sua primeira aplicação. É de lamentar que algumas organizações sindicais colaborem com o governo neste sentido. E que, perante a opinião pública, lancem a confusão sobre o real número de docentes a quem agora se pretende aplicar a "prova". Os 400 professores referidos são, provavelmente, os que estarão precariamente a trabalhar nas escolas. E os outros? "Para nós, um professor - contratado ou dos quadros, colocado ou desempregado - é sempre professor. Os professores são todos iguais. Não há uns que são mais professores do que outros", realçou o Secretário Geral da FENPROF, acompanhado na tribuna por dirigentes de outras organizações sindicais.

"Hoje temos sindicatos que são verdadeiras calçadeiras do governo", acrescentaria Mário Nogueira.

Todos são chamados a esta luta!

A FENPROF e outras organizações sindicais dos professores prosseguem a luta contra a prova de acesso nas diferentes vertentes em que ela tem vindo a ser realizada e renovaram, nos últimos dias, o apelo à deslocação dos professores à Assembleia da República, numa ação que mostrou junto dos deputados e da opinião pública que os docentes têm a razão do seu lado.

Como realçou Mário Nogueira na tribuna improvisada ao fundo das escadarias de São Bento, todos são chamados a esta luta, incluindo os que podendo vir a ser dispensados, justamente, vinham a instar os próprios professores dos quadros a também resistirem à aplicação da prova. "Os professores não podem ser carrascos dos seus colegas".

Alertando para próximas manobras do MEC em torno da mobilidade especial/requalificação para professores dos quadros ("horário-zero"), Mário Nogueira deixou uma interrogação: preparar-se-á o MEC para adotar a sugestão do FMI (aplicar uma prova aos professores)?

Se outras razões não existissem, aí estaria mais uma para os professores se unirem contra a PACC – que, o MEC pretende, para já, aplicar aos docentes sem vínculo –, contra a política do governo e pela sua urgente demissão.

A discussão da petição lançada pela FENPROF decorreu nesta quinta-feira, 5 de dezembro, em simultâneo com o pedido de apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro que pretende enquadrar a imposição da iníqua prova.

Algumas "pérolas"...

O debate parlamentar terminou às 17h20 e teve, da parte do representante do MEC e dos deputados da maioria que suporta o Executivo, algumas "pérolas" que provocaram o riso nas galerias: "o Governo defende a valorização dos professores", "este é o caminho correto", "estamos a valorizar a profissão"...

Como tem sido afirmado, os deputados tiveram oportunidade de, em nome da justiça e do respeito que os professores reclamam, suspender ou mesmo revogar o exame absurdo para verificação de "requisitos mínimos" a docentes profissionalizados, muitos deles com experiência profissional e sucessivas avaliações de desempenho de *Bom* ou superiores.

Os professores acompanharam a discussão na Assembleia da República, durante a tarde, e, no seu exterior, fizeram ouvir o seu firme protesto contra a realização da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades que nenhum acordo palaciano irá legitimar. "Crato, rua, a escola não é tua" e "Está na hora, está na hora do Governo ir embora", foram duas das palavras de ordem ouvidas em São Bento./ JPO

Pré-Aviso de Greve para 18/12